



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**Gabinete do Vereador Gilberto Pereira**



Excelentíssimo Senhor, Leonir de Sousa  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
IMBITUBA/SC

**REQUERIMENTO Nº 12 /2023**

*“Requer ao Executivo Municipal informações sobre Termo de Adesão assinado em 07/02/2022 pelo Município de Imbituba junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Processo SCC 00001297/2022), para o município de Imbituba receber R\$ 45.000.000,00, referente ao Plano 1000, programa financeiro de suporte aos municípios”.*

**GILBERTO PEREIRA – BETO (PL)**, vereador do município de Imbituba, vem à presença de Vossa Excelência, no exercício de suas prerrogativas, conforme os termos do art. 117, § 3º, incisos X e XII e arts. 218, 219 e art. 135; todos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Imbituba, após leitura no Soberano Plenário, **Requer ao Prefeito Municipal de Imbituba, senhor Rosivaldo da Silva Junior, “informações sobre Termo de Adesão assinado em 07/02/2022 pelo Município de Imbituba junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Processo SCC 00001297/2022), para o município de Imbituba receber R\$ 45.000.000,00, referente ao Plano 1000, programa financeiro de suporte aos municípios”.**

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores, Senhor prefeito

Amplamente divulgado pelo governo municipal e pelo então, agora ex-governador Carlos Moisés da Silva, o programa do governo de Santa Catarina prometia repassar aos municípios o valor de R\$ 1 mil por habitante para ser aplicados em obras estruturantes, dentro do projeto que ganhou o nome de Plano 1000.

Imbituba assinou o termo de adesão em 07/02/2022 estando apto a receber 45 milhões em até 5 anos, visto que os recursos seriam liberados, aos municípios, pelos técnicos do Governo do Estado, mediante a apresentação de projetos que contemplem obras estruturantes em áreas de infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento social.

Na ocasião foi anunciado pelo governo municipal algumas obras e a origem do recurso seria de repasse do governo do estado ao município, valores referentes ao Plano 1000, cito a Av. Central do Rosa de Ibraquera e a Av. Baleia Franca da Barra de Ibraquera, importantes obras que além da melhoria na infraestrutura local, tem grande relevância para o desenvolvimento turístico e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**Gabinete do Vereador Gilberto Pereira**



econômico da cidade e, estavam com o projeto pronto, inclusive licitadas, somando um valor de 6,3 milhões.

Após a licitações e assinatura do contrato com as empresas vencedoras dos certames, contratos foram homologadas conforme publicadas do DOM, aguardou-se o início das obras e nada, enquanto o ex-governador anunciava recursos para várias cidades pelo Plano 1000.

Ocorre que a distribuição de dinheiro chamou atenção do MPSC - Ministério Público de Santa Catarina, referente a constitucionalidade do plano, e recomendou ao governo do Estado “parar” por falta de transparência e critérios na aplicação de recursos. Ou seja, o governo faz os repasses, importantes no entendimento dos procuradores, mas não há a prestação de contas como deveria:

“As transferências fiscais aos Municípios, nos moldes previstos pelo artigo 1º da EC 81/2021, são realizadas em afronta ao princípio da impessoalidade, pois, na ausência de critérios objetivos, não há como afirmar ao certo as razões pelas quais os Municípios beneficiados estão recebendo os repasses, tampouco em que programas serão efetivamente aplicadas essas verbas repassadas.”

Nesse ínterim, é importante ressaltar que a decisão MPSC ocorreu depois do certame concluído – TINHA PROJETOS – mas, até a presente data não vimos manifestação do município e as obras licitadas e anunciadas nem iniciaram e somos cobrados pela população, na qual aguarda com ansiedade respostas, por isso o motivo do presente requerimento.

Senhores, cabe a municipalidade informar se recebeu o recurso estadual do Plano 1000 ou não, bem como, se o ex-governador deixou de repassar ao município outros valores, provenientes de convênios, emendas parlamentares e ou outros, anexando uma planilha das obras que seriam contempladas, até para dar uma resposta, explicar aos imbitubenses o ocorrido, transparência!

Diante ao aqui exposto, peço aos colegas vereadores o voto favorável, para que o tempo regimental o município possa responder e nos informar o que aqui é solicitado.

Gabinete do Vereador, 17 de fevereiro de 2023.

**GILBERTO PEREIRA – BETO**  
Vereador de Imbituba